

Um ano de muita LUTA E RESISTÊNCIA

Retrospectiva 2025: ADUENF presente pelos direitos dos docentes

O ano de 2025 foi marcado como um ano de lutas sem tréguas pelos direitos dos docentes da UENF. Diante de atrasos no cumprimento de obrigações, a ADUENF não cruzou os braços. Movimentou-se em várias frentes para fazer valer os direitos de quem faz a universidade acontecer. Participou de atos públicos, Audiências Públicas na ALERJ, reuniões com lideranças políticas. Foi à Justiça para defender os direitos da categoria.

O saldo foi positivo. O ano termina com conquistas importantes, como o pagamento do terço de férias sobre os 15 dias fruídos entre os períodos letivos.

Ainda faltam lutas maiores a vencer, como a aprovação do novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF e a recomposição salarial prometida e não cumprida pelo governador Cláudio Castro, que repõe parte das perdas salariais acumuladas.

Mas, como diz o compositor Geraldo Vandré, esperar não é saber. Depois de inúmeras tentativas de diálogo, sem sucesso, entramos em estado de greve. Fechamos o ano em alerta, sabendo que 2026 será um ano de movimentos importantes. E contamos com você.

Chega de perder, é hora de ganhar!



VITÓRIA NO TERÇO DE FÉRIAS

ADUENF vence na Justiça e docentes começam a receber valores devidos

Em julho, a partir de uma Ação Civil Pública movida pela ADUENF, os docentes tiveram decisão judicial, da 3ª Vara Cível de Campos, favorável ao pagamento do terço de férias referente aos 15 dias fruídos entre os períodos letivos. Com isso, a Reitoria foi obrigada a pagar as parcelas retroativas a 2016 aos docentes que têm esse direito. As parcelas de 2024 e 2025 já foram pagas juntamente com o salário de novembro.

Para dar sequência à cobrança dos valores referentes aos anos anteriores, a Assessoria Jurídica da ADUENF está oferecendo as orientações necessárias aos docentes através de seus canais de comunicação. No site da ADUENF, foram disponibilizados um formulário individual e um modelo de procuração, que devem ser enviados ao e-mail aduenf.tercodeferias@dearaujoadvocacia.com.br até o dia 20 de dezembro.

Para os professores que tiveram negada a concessão dos 15 dias de férias (por motivos de licença, cargos em comissão ou funções gratificadas, exercidas de forma acumulada com as atividades de magistério), a ADUENF ingressou com outra Ação Civil Pública, pedindo a indenização dos dias de descanso, e aguarda o julgamento pela 5ª Vara Cível de Campos.

Além de preencher o formulário, esses docentes deverão realizar o protocolo de requerimento da concessão dos 15 dias de férias através do sistema SEI, providenciar o arquivo de todas as comunicações que comprovem a negativa do direito aos 15 dias de férias (sejam por e-mail ou processos administrativos) e organizar os comprovantes do exercício de atividades do magistério (ensino/pesquisa/extensão) no(s) exercício(s) que o direito foi negado.

UM ANO DE LUTAS SEM TRÉGUAS PELO NOVO PCV

Já são quatro anos de espera e nenhuma resposta do governador Cláudio Castro. Aprovado em 2021 pelo Conselho Universitário (CONSUNI), o novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF continua engavetado no Palácio Guanabara. Para entrar em vigor, ele precisa ser encaminhado à ALERJ.

O novo PCV corrige distorções históricas, como impedir que professores associados da UENF sejam promovidos a professores titulares sem que façam um novo concurso público, com perda de direitos como os triênios. O plano também recupera parte das perdas salariais da categoria, que já ultrapassam 50%, segundo o DIEESE. Durante o ano, a ADUENF se mobilizou em várias frentes pela sua aprovação. Reuniu-se com lideranças políticas, promoveu manifestações e cobrou mais empenho da Reitoria. Participou de uma Audiência Pública na ALERJ, convocada pelo presidente da Comissão de Servidores, deputado Flávio Serafini. Como parte da mobilização, conforme aprovado em Assembleia, os docentes entraram em estado de greve no dia 29 de outubro. Diante do silêncio do governador Cláudio Castro, a paralisação é uma possibilidade cada vez mais real. Para a classe trabalhadora, não há vitória sem luta.



O professor Ricardo Nóbrega participa da Audiência Pública sobre o PCV na ALERJ



Docentes dizem sim ao estado de greve na Assembleia da ADUENF, dia 29 de outubro



Representantes do ANDES-SN se deslocaram até Campos para uma reunião com a reitora Rosana Rodrigues, a quem pediram o arquivamento do processo contra Luciane

CASO LUCIANE: “O PROCESSO”, VERSÃO UENF

ADUENF e ANDES-SN protestam contra punição sem provas à professora

No livro “O Processo”, de Franz Kafka, o bancário Josef K é acusado de um crime não revelado e lançado num sistema judiciário caótico. Ao tentar se defender, confronta burocracias opressivas. No fim, é condenado e executado sem jamais compreender seu suposto crime – um símbolo da impotência diante de sistemas arbitrários. Poderia ser apenas uma obra de ficção; mas fato semelhante aconteceu na UENF: a professora Luciane Soares foi suspensa por 30 dias por uma acusação nunca provada de afixação de um cartaz apócrifo num banheiro da universidade, denunciando um suposto caso de assédio sexual. Duas sindicâncias foram abertas e, mesmo sendo oficialmente inconclusivas, a punição foi aplicada pela Reitoria. Ainda pior: a sindicância, que deveria ser tratada apenas internamente, ganhou repercussão num veículo de comunicação de Campos. O caso mobilizou o ANDES-SN, que enviou uma comissão a Campos para cobrar o arquivamento do processo. Durante o 68º CONAD, ocorrido no mês de julho em Manaus (AM), foi aprovada uma moção de solidariedade a Luciane. A ADUENF e o ANDES-SN repudiam as práticas autoritárias que querem calar vozes críticas.

ADUENF IMPLEMENTA PROTOCOLO ANTI-ASSÉDIO

Casos de assédio sexual e moral precisam ser denunciados. Este ano, a ADUENF implementou seu Protocolo Anti-Assédio, disponibilizando o e-mail anti-assedio.aduenf@gmail.com para receber, acolher e encaminhar os casos. Sempre que houver denúncia, a Associação acionará os canais institucionais competentes da UENF, cobrando a devida apuração dos casos dentro dos trâmites administrativos previstos. A ADUENF defende um ambiente democrático e de respeito no meio acadêmico e sempre se posicionará contra qualquer tipo de assédio ou opressão.

Em caso de assédio, falar é a melhor opção. Portanto, não se cale.

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

ADUENF PARTICIPA DO MOVIMENTO CONTRA A APROVAÇÃO DA PEC 38/2025

A PEC 38/2025 surgiu este ano para provar que sempre é possível piorar o que já estava ruim. Protocolada pelo deputado federal Zé Trovão (PL-SC) e relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), a Proposta de Emenda Constitucional precariza os serviços essenciais, aumenta os riscos de corrupção e assédio e abre caminho para substituir servidores concursados por indicações políticas alinhadas ao governante da vez.

O tema foi debatido numa Audiência Pública na ALERJ no dia 10 de novembro. O evento, sugerido pelo ANDES-SN e convocado pela Comissão de Servidores da Assembleia, presidida pelo deputado Flávio Serafini, reuniu diversos representantes de sindicatos e movimentos sociais.

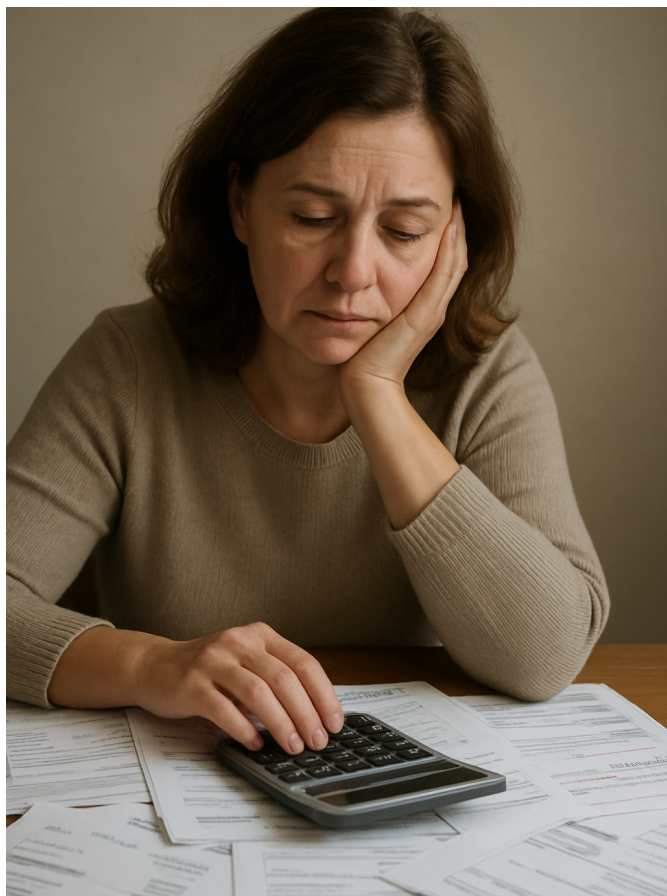
A ADUENF esteve lá para expressar sua opinião: a reforma é um ataque ao funcionalismo e ao próprio Estado. A PEC entrou na pauta da Câmara dos Deputados com as 171 assinaturas mínimas exigidas para tramitação. No entanto, a resistência organizada dos movimentos sindicais e sociais mostrou que pode dar bons resultados: vários deputados voltaram atrás. O plano é seguir na pressão aos parlamentares — tanto em Brasília quanto nas suas bases eleitorais — para que a PEC 38 tenha o mesmo destino da famigerada PEC 32/2020: o arquivo eterno. Porque, se depender dos servidores e de quem defende o serviço público, desmontes administrativos não passarão.



Audiência Pública na ALERJ sobre a PEC 38/2025: movimentos sindicais e sociais se uniram a lideranças políticas contra a proposta que institui a Reforma Administrativa

ESTUDO REVELA PERDAS SALARIAIS

Segundo o DIEESE, docentes precisariam de um reajuste de 64,6%



Não é preciso ser doutor em Economia para perceber que nosso poder de compra vem sendo corroído ano a ano. Para repor as perdas salariais acumuladas desde 1º de julho de 2014 — data do nosso último reajuste salarial — até 31 de outubro de 2025, os docentes da UENF precisariam de um reajuste de 64,6%. Foi o que revelou um estudo realizado pelo DIEESE, a pedido da ADUENF. O índice levou em consideração o IPCA-IBGE no período, que apontou uma perda salarial em torno de 50%. Uma forma de compensar essas perdas seria a recomposição salarial de 26,11%, determinada pela Lei 8.436/2021, que reporia o IPCA acumulado entre 6 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021. A recomposição seria paga em três parcelas – no primeiro bimestre de 2022, 2023 e 2024. O governador Cláudio Castro, no entanto, honrou apenas a primeira parcela – no ano em que concorreu à reeleição. Os servidores do Legislativo e do Judiciário do estado receberam a recomposição normalmente, enquanto os servidores do Executivo ficaram a ver navios. Com a desvalorização salarial, a UENF se torna cada vez menos atrativa a profissionais de alto nível. A chamada “fuga de cérebros” já ameaça o futuro da Universidade do Terceiro Milênio, preconizada por Darcy Ribeiro para ser uma referência em qualidade.

ALERTA SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE

A segunda etapa da Enquete Nacional Condições de Trabalho e Saúde Docente, realizada pelo ANDES-SN entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025, escancarou números estonteantes: 77% dos docentes da UENF se sentem sobrecarregados, enquanto 79% afirmam viver sob pressão constante por metas e prazos; 45% acumulam funções que extrapolam o trabalho docente, assumindo tarefas administrativas, burocráticas e até de manutenção; 81% relatam ser acionados fora do expediente. A pesquisa indicou, ainda, que 55% dos profissionais sentem que sua saúde já foi diretamente afetada pelo trabalho. Sofrem, principalmente, de ansiedade, doenças osteomusculares e problemas cardiovasculares.

Enquanto isso, o salário encolhe. O relatório do ANDES-SN revelou que 58% dos docentes estão endividados, esmagados por perdas salariais acumuladas e por um ataque contínuo à carreira e às condições de vida. A pesquisa não foi apenas um diagnóstico; foi um alerta. É hora de enfrentar esse modelo perverso a que os docentes da UENF são submetidos e defender uma universidade pública que valorize seus trabalhadores, respeite sua saúde e garanta condições dignas de trabalho. Porque nenhuma instituição acadêmica pode cumprir sua missão quando seus profissionais estão sendo sacrificados para manter um sistema que só conhece a lógica da exploração.

68º CONAD: CONTRA DESMONTE DAS ESTADUAIS

De 11 a 13 de julho, o presidente da ADUENF, Ricardo Nóbrega, e a 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Raquel Garcia, participaram do 68º CONAD, em Manaus (AM), junto a mais de 300 docentes de todo o Brasil. O evento atualizou as lutas das universidades estaduais e aprovou uma moção de solidariedade à professora Luciane Soares da Silva, do CCH, suspensa injustamente.

Um dos temas debatidos foi o futuro da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O Projeto de Lei 3.733/2025, do governador mineiro Romeu Zema, autoriza o Poder Executivo a vender para a iniciativa privada, ou transferir para a União, os bens imóveis de propriedade do estado de Minas Gerais, suas autarquias e fundações públicas para pagamento de parte da dívida com a União no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) – um precedente perigoso para as universidades de estados endividados, como o Rio de Janeiro.



Ricardo Nóbrega e Raquel Garcia com o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça

MANIFESTO CONTRA CRIAÇÃO DA CORREGEDORIA

Em 1968, o então reitor da UFRJ, Pedro Calmón, proferiu com sabedoria: “Policial só entra na universidade se fizer vestibular”. Mas 1968 nunca pareceu tão perto. Em junho de 2025, através da Portaria Reitoria nº 409, a reitora Rosana Rodrigues criou a Unidade de Corregedoria Setorial da UENF e designou para o cargo de corregedor um policial civil, que sequer faz parte dos quadros da universidade.

A ADUENF se manifestou publicamente, citando que a escolha de um policial para uma função administrativa tão ligada à realidade da UENF soa estranha aos valores que nortearam a criação da universidade. É inegável que a criação da corregedoria tem respaldo legal. Mas transformar a UENF em um ambiente onde paira a sombra da vigilância soa como um retrocesso.

CONFRATERNIZAÇÃO E UNIÃO POR NOVAS LUTAS



Feijoada do Trabalhador: um momento para celebrar as lutas dos docentes da UENF

Mesmo em um ano marcado por enfrentamentos intensos e ataques à carreira docente, a ADUENF manteve viva uma de suas tradições mais importantes: a Feijoada do Trabalhador, realizada no dia 1º de maio. O evento reuniu a categoria em um momento de confraternização e resistência, reafirmando a defesa dos direitos de quem sustenta a universidade pública. Durante a Feijoada, foi lançada a campanha “Docentes pelo PCV já!”, que ao longo de 2025 se desdobrou em assembleias, mobilizações, atos públicos e produção de materiais de conscientização. Ano a ano, a confraternização do 1º de maio se consolida como ponto de partida para lutas que ganham força nas ruas, nos corredores da UENF e nas mesas de negociação. Assim, seguimos mais unidos e cada vez mais fortes!